

Inepar Telecomunicações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL – RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Inepar Telecomunicações S.A. é uma sociedade de capital aberto e está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 00.359.742./0001-08, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 41 3 0001901 1. Está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, 13º andar, conjunto 1301, parte, CEP 80410-180. A empresa tem como objetivo investir em empresas com operações ligadas às atividades de telecomunicações.

Atualmente as suas atividades operacionais estão paralisadas e em 29 de agosto de 2014, a controladora INEPAR S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05.

A despeito dos esforços da administração da controladora junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira.

A medida visa proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- a) Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- b) Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- c) Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- d) Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.

Inepar Telecomunicações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

O plano de recuperação foi apresentado no prazo determinado.

Foi designada Assembleia Geral de Credores, em primeira convocação, para o dia 11 de fevereiro de 2015, ocasião em que seria necessária a presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e em segunda convocação, para o dia 24 de fevereiro de 2015, quando seria realizada a assembleia com a presença de qualquer número de credores.

Como não houve quorum na primeira convocação, a assembleia instaurou-se na segunda convocação (em 24/02/2015), ocasião em que, lido o edital de convocação e nomeado um dos credores para o cargo de secretário, a credora Itiquira Energética S.A. solicitou a suspensão da Assembleia, o que, colocado em votação, foi aprovado, pelo que a Assembleia foi suspensa até o dia 17 de abril de 2015, às 10 horas. Porém com o principal objetivo de finalizar os acordos em andamento com os principais credores esta assembleia foi adiada para 13/05/2015, às 10 horas.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de abril de 2015.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da sociedade foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, que, no caso da Companhia, em função da inexistência de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, não apresentam diferenças em relação às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitida pelo IASB – International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras incluem ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos, aplicáveis a uma empresa com suas atividades operacionais paralisadas, para melhor refletir a posição patrimonial e contábil da Empresa.

NOTA 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis Adotadas

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

Inepar Telecomunicações S.A. -

Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

3.2 Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.4 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Derivativos:** A empresa não mantém operações em derivativos.
- b) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
- c) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

NOTA 5 – Impostos e contribuições a recolher

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Impostos e contribuições compensados (a)	7.178	6.693
Outras obrigações	<u>20</u>	<u>16</u>
Total	7.198	6.709

Inepar Telecomunicações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

(a) Refere-se a saldo de débitos com encargos onde a companhia propôs, junto ao Juizado Federal, a quitação de débitos de impostos e contribuições federais, através da compensação com ativos financeiros junto ao governo federal. Os montantes dos impostos estão registrados pelos valores corrigidos e com os acréscimos previstos na legislação.

NOTA 6 – Transações com partes relacionadas

As transações com empresas ligadas correspondem a saldo de adiantamento para futuro aumento de capital concedido pela controladora Inepar S.A. Indústria e Construções no valor de R\$ 857 (R\$ 491 em 2013).

NOTA 7 – Capital Social

O Capital Social da sociedade integralizado é de R\$ 235.691 (R\$ 235.691 em 2013), representado por 313.484.914 (trezentos e treze milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil e novecentas e quatorze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com direito a voto (313.484.914 em 2013).

NOTA 8 – Resultado por Ação

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício pela quantidade de ações emitidas.

NOTA 9 - Instrumentos Financeiros

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos - CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, evidenciados abaixo:

- (a) Os saldos de obrigações com a controladora são atualizados pelo índice de correção do IPCA – índice nacional de preços ao consumidor amplo.
- (b) Os valores de despesas financeiras são decorrentes, principalmente, das atualizações dos impostos e contribuições.
- (c) Os valores lançados em outras receitas financeiras referem-se, principalmente, aos descontos obtidos com fornecedores.

**Inepar Telecomunicações S.A. -
Em Recuperação Judicial**

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

NOTA 10 – Receitas e Despesas Financeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras (a)	(486)	(465)
Outras despesas financeiras (b)	<u>(136)</u>	<u>(752)</u>
	(622)	(1.217)
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	<u>84</u>	<u>26</u>
	84	26
Resultado financeiro	(538)	(1.191)

(a) Referem-se às atualizações sobre débitos tributários.

(b) Referem-se às atualizações sobre valores de adiantamento para futuro aumento de capital.

NOTA 11 - Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Conforme atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a remuneração dos Diretores e Conselheiros, no ano de 2014, foi no montante de R\$ 78.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Atilano de Oms Sobrinho – Diretor Presidente

Jauneval de Oms – Diretor

CONTADOR:

Sergio Vargas Okuyama – CPF 022.159.738-70 – CRC/PR 029928/O-4